



AS CONCEPÇÕES DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MERCADOS PARA O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST)¹

Angela dos Santos Machado ²

INTRODUÇÃO

Desde o início da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na década de 1980, o movimento se preocupou com a conquista da terra e com a permanência das famílias nos assentamentos, produzindo diversas ações e orientações a respeito de questões produtivas.

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar os documentos produzidos pelo MST, entre 1989 e 2022, que explicitam suas concepções sobre produção, cooperação e mercados. Os documentos consultados consistem em cadernos de formação, declarações elaboradas em encontros nacionais, cadernos de cooperação agrícola organizados pela Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), cadernos de educação, o programa agrário do MST, cadernos de agroecologia, dentre outros materiais arquivados na biblioteca da questão agrária.

Os resultados demonstram que há uma combinação entre luta política e econômica, pois o fator produtivo é fundamental para a viabilidade dos assentamentos de reforma agrária. Além disso, a cooperação tem sido uma dimensão privilegiada para se pensar o desenvolvimento agropecuário nas áreas de reforma agrária. O MST entende que há necessidade de se elaborar uma concepção alternativa de mercado, de caráter popular e solidária. Ademais, as famílias assentadas precisam de um sistema de crédito próprio, com juros baixos, para o investimento produtivo.

A partir dos anos 2000, a pauta da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar se uniram as pautas anteriores, visando o desenvolvimento econômico sustentável e a restauração biodiversidade, unindo produção de alimentos e plantio de árvores, bem como a agricultura livre de agroquímicos, isto é, pautas relacionadas com a urgência climática e o colapso ambiental do período contemporâneo.

¹ Agradecemos ao apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

² Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, UEMS - Jardim. Contato: angela.machado@uems.br



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho consistiu em pesquisa, leitura, sistematização e análises de documentos produzidos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre 1989 e 2022, buscando compreender suas concepções acerca da produção, da cooperação e dos mercados. Os documentos consultados fazem parte do acervo do próprio Movimento e são de consulta livre em seu *site*, na seção “biblioteca da questão agrária”³.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos históricos do MST mostram as primeiras ocupações de terra, os confrontos com policiais, a forte repressão sofrida pelo Movimento, a criminalização e assassinato de militantes, a luta pela redemocratização do país e por direitos: reforma agrária, habitação nos assentamentos, educação para as crianças assentadas, assistência técnica, crédito e políticas públicas para a produção camponesa.

No caderno de formação número 17, apresentou-se o Plano Nacional do MST de 1989 a 1993. Nesse plano o Movimento fez uma análise do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, da situação dos camponeses, dos desafios e perspectivas daquele momento histórico. Além disso, o documento trouxe a ideia de que a luta econômica deveria ser combinada com uma estratégia revolucionária (MST, 1989).

Conseguir crescimento econômico e político nas áreas conquistadas. Não se trata de reprodução pura e simples na unidade de produção camponesa típica. É necessário criar um novo modelo de produção baseada na utilização de tecnológicas adequadas, e na organização coletiva do trabalhador, que viabilize economicamente os assentados e promova o desenvolvimento social, político e ideológico das famílias assentadas (MST, 1989, p.13).

Em 1991, a Declaração do 6º Encontro Nacional do MST demonstrou preocupação com a política agrícola e a diminuição do crédito para os agricultores. Como alternativa diante daquele contexto, o Movimento criou o Sistema Cooperativista dos Assentados. O documento dizia o seguinte:

³ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Biblioteca da questão agrária**. Disponível em: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>. Acesso em: 30 abr. 2023. Acesso em: 12 nov. 2025.



Assim, estamos dando um importante passo para superar a produção de subsistência, alcançar a produção de mercado e agroindústria. Da mesma forma, abrem-se as possibilidades dos trabalhadores terem acesso a créditos agrícolas, assistência técnica, condições de planejar a produção e a comercialização e administrar as áreas conquistadas (MST, 1991, p.03).

Desde o início, houve a preocupação com a produção, a comercialização e a viabilidade econômica dos assentamentos. Em 1993, o MST produziu o Caderno de Formação número 20, *A cooperação agrícola nos assentamentos*, cujo objetivo era mostrar para as famílias assentadas a necessidade de superação da produção simples de mercadorias - em que cada indivíduo ou família realiza todas as etapas da produção e da comercialização - e substituí-la pela cooperação agrícola.

Então, a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada agricultor individual, para fazer coisas em conjunto. Comprar ferramentas, junta de bois, comprar máquinas. E até chegar ao ponto de ter a terra em conjunto. Quanto mais coisas se fizer em conjunto, mais rapidamente se vai progredir e crescer. Para comercializar os produtos também fica mais fácil: juntas as pequenas compras individuais e as pequenas vendas individuais dos produtos, garante maior poder de barganha de preços e dá menos despesas com transporte, material, mão-de-obra, etc. [...] A cooperação agrícola é a saída para os pequenos agricultores aumentarem a produtividade do trabalho, o volume da produção e não terem que deixar o campo ou virarem mão-de-obra explorada pelos granjeiros e latifundiários (MST, 1993a, p.8-9).

No mesmo texto, explicou-se o surgimento da cooperação agrícola, seus tipos (coletivo, associação e cooperativas), os benefícios e dificuldades de cada um, as condições básicas e princípios, além do histórico da cooperação agrícola no MST. Naquele momento, já havia a proposta geral do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) que foi definido como o “setor que cuida dos assuntos da produção, da comercialização, da tecnologia, da agroindústria, do crédito rural e da organização de base” (MST, 1993a, p. 40).

O SCA foi formado pela articulação entre as cooperativas de produção e comercialização locais, as centrais estaduais e a Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). As cooperativas foram compreendidas pelo Movimento como um tipo de empresa social que também é um instrumento de luta por uma outra sociedade.

A organização do sistema cooperativista surgiu da necessidade de produzir para o mercado, pois este foi entendido como o meio de obtenção do capital necessário para melhorar a produção e a qualidade de vida das famílias assentadas. O mercado foi definido pelo MST como “a produção em escala voltada para conseguir ingressos monetários para que a CPA [Cooperativa de Produção dos



Assentamentos] possa investir na produção, na luta e na melhoria de vida de seus assentados” (MST, 1993a, p. 51-52).

No mesmo ano, 1993, o texto *Propostas para a Reforma Agrária* trouxe as ideias discutidas e aprovadas nos encontros estaduais e no 7º Encontro Nacional do MST. Dentre essas ideias se encontrava um plano de reforma agrária e de melhoria dos assentamentos que incluía “Estimular todas as formas de cooperação agrícola nos assentamentos, criando condições para as atividades de produção, comercialização, agroindústria, armazenamento, transporte e organização da comunidade dos assentamentos” (MST, 1993b, p.04).

As propostas também incluíam a criação de “mecanismos para facilitar a comercialização dos produtos dos assentamentos” e “programas de pesquisas e estudos para viabilização econômica dos assentamentos, e apoio e incentivo a experiências agroecológicas nos assentamentos” (MST, 1993b, p.04).

Nos anos seguintes, os Cadernos de Cooperação Agrícola, organizados pela CONCRAB, ofereciam respostas práticas aos principais problemas enfrentados pelas cooperativas. O caderno número 3, de 1994, tratou de vínculo empregatício, previdência, legislação fiscal e contabilidade. Já o número 4, relatou sobre as *Perspectivas da Cooperação Agrícola nos Assentamentos*. O caderno de formação número 21, também de 1994, trouxe questões práticas sobre cooperativas de produção, tal como a distribuição das sobras.

O caderno de formação número 23, de 1995, fez um resumo dos objetivos gerais do MST e dos objetivos relacionados ao programa de reforma agrária. Nesse segundo ponto, podemos destacar o objetivo número 3 que relaciona a produção agropecuária com a segurança alimentar, a eliminação da fome e o desenvolvimento econômico e social; o objetivo 4 que visa apoiar a produção familiar e cooperativada; e o número 5 que busca levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país (Figura 01).



Figura 01 - Resumo dos objetivos do MST (1995)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

**Somos um movimento de massas de caráter sindical, popular e político.
Lutamos por terra, Reforma Agrária e Mudanças na Sociedade.**

OBJETIVOS GERAIS	PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA	
<ol style="list-style-type: none">1. Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital;2. A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade;3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas;4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais;6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.	<ol style="list-style-type: none">1. Modificar a estrutura da propriedade da terra;2. Subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;3. Garantir que a produção da agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;4. Apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;5. Levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país,	<p>buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de empregos especialmente para a juventude;</p> <ol style="list-style-type: none">6. Aplicar um programa especial de desenvolvimento para região do semi-árido;7. Desenvolver tecnologias adequadas à realidade, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;8. Buscar um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos.

Secretaria Nacional - Rua Ministro Godoy, 1484, São Paulo-SP. 05015-900. Telefone: (011)864-8977. Fax: (011)871-4612

Fonte: MST, 1995.

O caderno de cooperação agrícola número 5, de 1997, evidenciou os seguintes objetivos econômicos do SCA:

- a) Ajudar a resolver os problemas econômicos de todas as famílias assentadas;
- b) Desenvolver a Cooperação Agrícola como uma empresa econômica que produza “sobras”, ou seja, resultados financeiros para as famílias;
- c) Aumentar o progresso econômico e social dos assentamentos garantindo: aumento da produtividade do trabalho, utilização melhor da área e dos recursos naturais disponíveis, diminuição da exploração dos trabalhadores;
- d) Modernizar a produção no campo adequando-a as características da agricultura familiar cooperativada;
- e) Desenvolver a agroindústria;
- f) Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo;
- g) Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos (CONCRAB, 1997, p. 14).

O SCA era entendido também como uma retaguarda do MST, tendo em vista que o Movimento precisava de recursos econômicos e infraestruturas para a luta social e política. O Movimento não perdeu de vista o objetivo de ser uma forma de resistência ao capitalismo e ressaltou



“não ter a ilusão que organizando economicamente os assentamentos conseguiremos nos libertar da exploração capitalista, por isto devemos continuar lutando” (CONCRAB, 1997, p. 13).

Ainda no caderno de formação número 5, o MST relatou a necessidade de criar uma outra concepção de mercado:

Precisamos, através da produção, desenvolver ou criar uma nova concepção ou ideologia de mercado: servir à sociedade e não só explorá-la. Também precisamos influenciar, controlar o espaço geográfico (priorizar a produção a nossa volta), em nível de município, para fazer frente a globalização. Precisamos é formar um mercado alternativo ao mercado capitalista que cria falsas necessidades (ideologia do consumismo) e que beneficia apenas em torno de 1/3 da população. Precisamos criar um mercado popular e solidário, com produtos vinculados a necessidade do povo (CONCRAB, 1997, p.17-18).

O Movimento, naquele momento, já percebia a necessidade de criar uma concepção de mercado que fosse compatível com a suas pautas. O mercado, então, deveria ter foco no atendimento das necessidades da sociedade.

A concepção de mercado do MST apresentava duas características: popular e solidária. Um mercado popular seria aquele que atendesse as necessidades do povo, isto é, a comida que está no prato do brasileiro todos os dias – arroz, feijão, ovo, carne, legumes, salada etc.- e que fosse acessível para todos.

O caráter solidário pode ser exemplificado nas diversas ações de solidariedade praticadas pelo MST, sobretudo durante a pandemia, seja como doador de alimentos, seja em conjunto com outros movimentos sociais arrecadando dinheiro para a compra dos alimentos (tanto dos assentamentos como de outras fontes) e, posterior, doação de cestas básicas ou marmitas de comida (Machado; Jorge; Fernandes, 2021; 2022).

É interessante notar a ideia de controle do espaço geográfico para se referir a capacidade de abastecer os municípios com os alimentos produzidos nos assentamentos, desafio que o Movimento vem enfrentando por meio de diferentes estratégias: grupos de consumo, feiras, Armazém do Campo, fornecimento de alimentos para escolas etc.

O tema do mercado apareceu novamente no caderno de cooperação agrícola número 7, de 1998a, que tratou dos desafios a serem superados nos assentamentos. O tema mais abordado foi a necessidade de transformação ideológica dos camponeses, sobretudo a superação do trabalho individual do assentado e da família dando lugar ao trabalho em cooperação.

No que se refere aos desafios econômicos, mencionou-se a necessidade de modelos de desenvolvimento rural e tecnológico adequados e compatíveis com os assentamentos, os recursos



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

naturais e as condições econômicas. Entendia-se a necessidade de debater linhas de produção e alternativas de mercado no intuito de garantir uma renda mínima para as famílias, além de alternativas econômicas para jovens e mulheres. O mercado aparecia como uma potencialidade de ensejar novas relações com a sociedade. Além disso, criticava-se a dependência de empréstimos externos e o amadorismo administrativo em algumas cooperativas.

O caderno de cooperação agrícola número 8, de 1998, tratou do sistema de crédito cooperativo, entendido como um desafio e um elemento chave para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária, pois viabilizaria o acesso ao crédito para os assentados com juros mais baixos do que os operados pelos bancos, além de que ofereceria outros serviços financeiros. Destacou-se a importância do crédito na agricultura: “quem o controla induz e orienta a cooperação”. Daí a importância de um sistema de crédito próprio. Ao mesmo tempo, advertia-se que a luta por crédito rural subsidiado pelo Estado precisaria continuar e que para o MST “o econômico deve[ria] estar a serviço do político” (CONCRAB, 1998b, p.18).

Em “A vez dos valores”, caderno de formação de 1998, focou-se nos valores basilares do MST e que, muitas vezes, são opostos aos valores da sociedade capitalista: a solidariedade, a valorização da vida, a capacidade de indignar-se etc. Uma das questões tratadas no texto foi a importância dos símbolos do MST (bandeira, ferramentas de trabalho, materiais de estudo, hino), pois “os símbolos são representações materiais das utopias” (Bogo, 1998, p.13). Mencionou-se que os símbolos carregam a identidade do Movimento e deve aparecer nas embalagens dos produtos industrializados.

Muitos têm recorrido a economistas e propagandistas externos ao MST para pedir orientação. E estes dizem que “não se pode identificar marca com ideologia”. Errado. Nossa ideologia já é uma marca, que tem na sociedade mais de oitenta por cento de aprovação. Talvez, esta falta de visão seja porque nunca existiu no Brasil uma organização que organizasse, produzisse, comercializasse, educasse as crianças e desenvolvesse ações de solidariedade na sociedade ao mesmo tempo (Bogo, 1998, p.13-14).

Em 1999, publicou-se um balanço sobre *A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999)*, organizado pela CONCRAB. Esse documento analisou os materiais publicados sobre esse tema pelo MST em toda a década de 1990 e, na segunda parte, trouxe um texto de Horácio Martins de Carvalho que tece uma crítica sobre: *As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período 1989-1999)*.



Na análise de Carvalho (1999), os documentos elaborados pelo MST eram genéricos, faltava objetividade das proposições e metodologias para concretizá-las. Esses fatores geravam reduzida eficiência e eficácia das propostas. Para o autor, existiu um paradigma de cooperação entre os assentados até 1989 que era baseado na constituição (espontânea ou induzida) de pequenos grupos de cooperação que praticavam uma série de atividades “isoladas ou combinadas entre si” e “sem a mediação institucional formal homogênea” (Carvalho, 1999, p.28).

Na década de 1990 teria acontecido uma ruptura nesse paradigma e a implantação de uma ideia de cooperação focada apenas nas cooperativas, ignorando outras possibilidades de cooperação vivenciadas pelas famílias assentadas, formando um discurso hegemônico focado na CPA. Esse novo paradigma não teria surgido em um processo acumulativo de experiências dos sujeitos assentados, mas “a partir de fatores ideológicos externos, que determinou de fora para dentro (a idéia de alguns para a realidade de muitos)” (Carvalho, 1999, p.29).

O autor ainda apontou que a CSA teria se tornado um “sistema técnico-burocrático ideologicamente centralizado” e que nenhum dos documentos elaborados pelo MST havia abordado as experiências concretas de cooperação dos trabalhadores rurais. Ressaltava, ainda, a existência de um discurso economicista do MST e um corporativismo por parte das cooperativas, isto é, os interesses destas constituiriam o objetivo central, em detrimento dos objetivos do MST.

Para o MST, levando em consideração a conjuntura de 1989 com a eleição de Fernando Collor e o aumento da repressão do Estado, o Movimento havia aderido uma tática defensiva, voltando-se mais para a produção dos assentamentos e o desenvolvimento do SCA como forma de resistência e para melhorar a organização produtiva (MST, 2001).

No que se refere ao economicismo, a CONCRAB citou um documento de 1995 intitulado *Limites e desafios do SCA* em que reconheceu que a ótica administrativa estava superando a política e que isso poderia trazer prejuízos para o desenvolvimento da consciência social. Ressaltou-se, ainda, a existência de uma tensão permanente para as empresas econômicas do MST no exercício de sua dupla função: exercer um papel político e de empresa econômica.

Tomamos a consciência das tarefas do SCA não apenas na produção, mas para um caráter diversificado, de propagandistas da reforma agrária, agitador, motivador da sociedade e formador e organizadores, de um movimento de massa para uma organização de massa (CONCRAB, 1999, p.26).

Nos anos 2000, talvez em resposta à crítica realizada por Carvalho (1999) de que faltava a análise de experiências concretas de cooperação, a CONCRAB organizou um volume de material



teórico e outro de experiências históricas de cooperação na agricultura. O primeiro foi *O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao)* que trouxe um compilado de textos desses pensadores clássicos acerca do cooperativismo, publicado em 2000. E o segundo volume foi *Experiências clássicas de cooperação agrícola (Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas)* que mostrou as experiências soviética, israelense, chinesa e cubana de cooperação na agricultura, publicado em 2001.

Ainda em 2001, a CONCRAB publicou o texto *O que levar em conta para a organização do assentamento “A discussão no acampamento”*. Nesse texto, também percebemos que as críticas e autocríticas realizadas pelo Movimento geraram alguns cuidados no texto. Logo na introdução, mencionou-se a tendência de privilegiar a dimensão econômica no momento de organizar os assentamentos, em detrimento das demais dimensões das relações sociais, isto é, um economicismo. O objetivo do texto era fomentar o planejamento dos futuros assentamentos entre os acampados, pois os acampamentos eram vistos como “laboratório de formar consciências sociais” (CONCRAB, 2001, p.07).

Para a criação de “um novo tipo de assentamento”, estimulava-se que os acampados já comesçassem a pensar sua organização: as possibilidades de organização dos diferentes espaços (de produção, moradia e socialização) e as formas de produção e cooperação agrícola a serem implementados. Evidenciava-se a necessidade de pensar um plano de produção que levasse em consideração o mercado local, o potencial do solo, a situação climática, a disponibilidade de água, além das necessidades alimentares das famílias, a produção de renda, os cuidados com a natureza e o estímulo à cooperação agrícola (CONCRAB, 2001, p.08).

Provocou-se o debate sobre um novo modo de produzir baseado na agroecologia, em uma assistência técnica coerente com os objetivos do assentamento, no controle político do crédito, na formação política contínua das famílias assentadas, entendida como uma forma de acompanhamento das atividades realizadas pelos sujeitos - uma formação “em movimento”, além dos estudos nos núcleos de base (CONCRAB, 2001, p.18).

Ainda em 2001, o MST publicou *Construindo Caminhos* com reflexões construídas coletivamente pelos militantes, coletivos e setores do MST. A publicação trouxe, dentre outros temas, *O projeto popular para a agricultura*, destacando a importância da reforma agrária para a democratização do acesso à terra, das políticas públicas para a agricultura camponesa, do estímulo à cooperação para o desenvolvimento social das forças produtivas e a necessidade de mudança do modelo hegemônico de agricultura.



Entre 2002 e 2006, não encontramos documentos do MST ou da CONCRAB sobre produção, cooperativismo e comercialização. Somente em 2007, a CONCRAB lançou uma reedição ampliada e revisada de *Constituição e Funcionamento de Cooperativas de Crédito: uma revisão desde os movimentos sociais do campo*. O texto abordou o papel de resistência econômica, social e política das cooperativas de crédito ligadas aos movimentos sociais, bem como seus limites, dificuldades e contradições. Trouxe também orientações para a abertura de cooperativas de crédito rural nos assentamentos, baseadas nas experiências prévias do MST e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) por meio da Cooperativa Central de Crédito Rural dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária - CREHNOR CENTRAL.

É interessante ressaltar que novamente encontramos a crítica ao economicismo e ao corporativismo nesse documento, que aparecem como “desvios ideológicos que devemos combater”. E ainda traz o significado desses termos:

a) Economicismo Achar que vai ficar rico individualmente. Por isso, deixa de apoiar e participar das lutas dos movimentos sociais e passa a priorizar apenas o resultado econômico, ou aquilo que traz vantagem econômica para si. Outra forma que se manifesta o economicismo é privilegiar, na organização, apenas os aspectos econômicos, deixando para segundo plano os aspectos políticos das questões, as lutas, etc. **b) Corporativismo** Só olhar para seu “umbigo”, para seus interesses (seu lote, cooperativa, região, estado ou movimento). Não ver as necessidades do conjunto da classe trabalhadora ou de seus companheiros de movimento (CONCRAB, 2007, p.15).

A CONCRAB (2007) mostrou a complexidade da estrutura de uma cooperativa de crédito que deve ser constituída pela Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Conselho Administrativo, Diretorias, Comitês de Crédito etc. e sua relação com o sistema financeiro nacional (Conselho de Política Monetária (COPOM), Banco Central do Brasil (BACEN) e Banco do Brasil).

No mesmo documento, há um texto de Christoffoli (2007) intitulado *O papel das cooperativas de crédito na estratégia de luta e resistência dos agricultores frente ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro*. Ele relatou diversas questões, contradições e desafios na relação entre os movimentos sociais e as cooperativas de crédito, mas destacaremos apenas alguns princípios norteadores extraídos das lições aprendidas com as experiências até então existentes.

Primeiro, as denominadas “ferramentas econômicas” devem servir ao fortalecimento dos movimentos sociais e avanço da transformação da sociedade. Segundo, as cooperativas de crédito podem cumprir um papel estratégico para a elaboração de um modelo alternativo de desenvolvimento para a agricultura. E, terceiro, as ferramentas econômicas devem servir para implementar as



estratégias dos movimentos sociais, por exemplo, viabilizando recursos para a produção agroecológica (Christoffoli, 2007).

Também em 2007 foi publicado *Sistematização de experiências agroecológicas do MST* com relatos escritos pelos próprios assentados que construíram essas experiências. Destacamos o texto *Cooperação Agrícola e Agroecologia: a experiência coletiva do Assentamento Santa Maria*. O assentamento foi fundado em 1993 na cidade de Paranacity, no Noroeste do Paraná. A região tem solo naturalmente pouco fértil, mas essa situação foi agravada por anos de degradação provocada pela monocultura canavieira. Mesmo com o desafio de enfrentar essa condição adversa, os assentados optaram por trabalhar a terra de forma coletiva e não a dividiram em lotes individuais. Logo no início fundaram a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI) e decidiram produzir de forma agroecológica.

Essa forma de assentamento permitiu algumas facilidades, por exemplo: a) Moradia em agrovila – que proporcionou a rápida instalação de energia elétrica, estradas e rede de água; b) Concentração de investimentos em algumas atividades principais, tendo sido fundamental para o desenvolvimento do assentamento. Isso porque, além das atividades propriamente agrícolas, foi possível também a implantação de agroindústrias, agregando valor ao que era produzido e aumentando a renda das famílias; c) Melhor aproveitamento e uso do solo – por ser uma terra muito fraca, é muito provável que de forma individual, algumas famílias não teriam condições de produzir, haja vista que em determinados lugares do assentamento simplesmente não se conseguia produzir quase nada. Então, essas áreas puderam ser recuperadas, e outras foram utilizadas para reflorestamento e também para a produção de madeira, que hoje é utilizada nas caldeiras das agroindústrias como lenha (Stronzake, 2007, p.31).

A COPAVI é associada à Cooperativa Terra Livre e produz derivados da cana-de-açúcar orgânicos (açúcar mascavo, melado, rapadura e cachaça), leite industrializado e derivados (iogurte, doce de leite e queijo), hortaliças (alface, almeirão, rúcula, cenoura, beterraba, milho verde, quiabo, cheiro verde, abóbora, jiló e repolho), carnes (frango, porco e boi), além de ter uma panificadora (Stronzake, 2007).

Outro material de sistematização de experiências é *Cerrado: contexto histórico-político e convivência sustentável com o bioma – Reforma Agrária, Agroecologia e Permacultura*, publicado pela CONCRAB e pelo Instituto Sociedade, População e Natureza em 2008. Nesse texto, abordou-se o contexto histórico e político do Cerrado, as experiências de Reforma Agrária e de convívio equilibrado com o bioma, como os Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAs), Capacitação em Agroecologia, Programa Florestal para as áreas de Reforma Agrária, dentre outros.



A Agroecologia também foi tema do Caderno de Educação nº 2, da *Coleção Sempre é tempo de aprender*, destinado à Educação de Jovens e Adultos (EJA). O caderno foi dividido em três partes: *Agricultura e Técnicas Agrícolas*; *Agroecologia e Soberania Alimentar*; e *Cooperação e Luta*. O Caderno mostra que foi no ano 2000, em Brasília, que 11 mil participantes do 4º Congresso Nacional do MST decidiram incluir a Agroecologia no programa político do Movimento. O material de estudo também traz de forma didática o significado de agroecologia:

Nos últimos 35 anos, uma nova ciência vem sendo formulada e organizada a partir da integração dos conhecimentos camponeses, indígenas e científicos, com o objetivo de o planejamento e a implementação de modos de trabalho e de vida humanos que possibilitem a reconstrução ecológica da agricultura e da vida em sociedade. Esta ciência é chamada de Agroecologia. Assim, a Agroecologia pode orientar o trabalho e o modo de vida das populações camponesas em seus processos de organização e fortalecimento da resistência econômica, política e cultural, e o avanço da reconstrução ecológica da agricultura. A resistência econômica se fortalece na medida em que as famílias camponesas seguirão de forma crescente eliminando o uso de todo tipo de insumos industriais – as sementes, os adubos químicos sintéticos, os agrotóxicos, os produtos químicos sintéticos veterinários etc. Muito rapidamente se libertam de dívidas em bancos ou empresas, uma vez que os insumos e tecnologias em grande medida se alcançam no próprio local de trabalho e produção, e na comunidade. A Agroecologia também possibilita reorganizar a produção de alimentos saudáveis para o sustento da família e da comunidade, não mais comprando produtos danosos à saúde nos supermercados. E possibilita ainda organizar a comercialização dos excedentes da produção de forma direta com os consumidores dos municípios vizinhos, eliminando o atravessador, que muitas vezes explora o produtor (Araújo et.al, 2010, p.53-54).

Já o conceito de Soberania Alimentar aparece como:

[...] o direito que cada povo, que cada comunidade possui de planejar e produzir seus próprios alimentos. Ou seja, é a independência total das regiões e dos países para produzir o que as populações locais necessitam e desejam consumir. Sem depender, por exemplo, de sementes produzidas pelas empresas transnacionais, e dos pacotes tecnológicos para agricultura (Araújo et.al, 2010, p. 65).

Por fim, a cooperação é apresentada como uma prática camponesa histórica, que faz parte de sua cultura, é passada de geração para geração e se apresenta de diferentes formas: mutirão; trocas e empréstimos; prestação de serviços à saúde; cooperativas e associações comunitárias.

O *Programa agrário do MST*, em sua 4ª edição, de 2015, trouxe os fundamentos da Reforma Agrária Popular, dentre os quais está a produção: “Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação” (MST, 2015, p. 36). Ressaltou-se uma concepção de produção



que engloba a alimentação saudável como direito humano, a utilização da agroecologia, o uso de máquinas agrícolas apropriadas para cada contexto socioambiental, a promoção da cooperação agrícola e a instalação de indústrias no campo para o beneficiamento dos alimentos.

Em 2016, o caderno de formação nº 40 trouxe os *Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola*, passando pelo surgimento da agricultura e pela revolução agrícola no período neolítico até os tempos atuais (agronegócio e agricultura alternativa). O caderno abordou também a concepção do MST sobre *A Reforma Agrária Popular e a produção de alimentos saudáveis*.

O MST, em sua práxis, compreendeu que a produção de alimentos saudáveis terá uma enorme força política, tanto para negar o agronegócio, como para afirmar a possibilidade de organização de uma agricultura voltada aos interesses da população brasileira, desenvolvendo plenamente a função social da terra. Ficou evidenciado que a organização dos assentamentos passará pelo desenvolvimento econômico-produtivo das famílias, implicando na constituição de instrumentos econômicos, expressos nas cooperativas. Não basta mais a decisão política de produzir alimentos de base agroecológica. Requer-se criar as condições efetivas para sua implantação nos assentamentos. Aqueles Estados e regiões, onde as lideranças do MST compreenderam esta necessidade, avançaram na organização das famílias assentadas, qualificando a ação do movimento. Ao se analisar algumas destas experiências regionais, onde a organização dos assentamentos com base na produção de alimentos saudáveis teve centralidade, vemos florescer a cooperação agrícola, a gestão democrática, ampliando a participação das mulheres e jovens, e a equidade econômica e a agroecologia (Martins, 2016, p. 69-70).

A produção de alimentos saudáveis e agroecológicos tem sido uma das principais bandeiras políticas do MST, mas como salientou Martins (2016), é preciso construir as condições efetivas de produção nos assentamentos. O autor destacou alguns elementos para se levar em consideração sobre a produção agroecológica nas áreas de reforma agrária, as experiências indicam que são fundamentais: 1) Um amplo sistema de cooperação agrícola que engloba produção, transporte, comercialização, isto é, todos os elos da cadeia produtiva; 2) Efetiva participação das famílias; 3) Controle social da produção “[...] quem trabalha, quem produz, planeja e decide sobre os rumos do conglomerado cooperativo” (Martins, 2016, p. 70); 3) Clareza sobre como a produção será comercializada. Vale a pena enfatizar esse último ponto:

Verifica-se que este trabalho se desenvolve mais rapidamente à medida que a família assentada tenha clareza de onde vender a sua produção, a que preço vender e como ela irá retirar a produção do seu lote. Estes três elementos são determinantes para impulsionar o trabalho camponês (lições que se aprendeu executando diversos projetos de PAA e PNAE) (Martins, 2016, p. 70).



Onde? Como? E a que preço vender? Essas são três questões que devem ser respondidas no início do processo produtivo, pois fornecem segurança aos produtores e, até mesmo, melhora a produtividade do trabalho. Essa lição foi aprendida por meio do acesso ao mercado institucional e das políticas públicas emancipatórias, como o PAA e o PNAE, que garantem a comercialização da produção camponesa.

Em 2019, o MST do Ceará organizou a cartilha *Construindo a Agroecologia no Semiárido: manual da metodologia camponês a camponês*. A metodologia Camponês a Camponês (CaC), de origem cubana, caracteriza-se como um processo contínuo de diálogo e troca de saberes entre camponeses. Essa metodologia vem sendo utilizado como uma estratégia de resistência e difusão da agroecologia. A CaC está baseada na valorização dos saberes camponeses e no uso de recursos locais e tecnologias disponíveis nas áreas de produção (Fernandes; Souza, 2019).

Em resumo, a experiência do Ceará mostrou que as famílias assentadas realizavam mais de 40 práticas agroecológicas, mesmo sem saber o que era o conceito de agroecologia e trabalhando de forma isolada. Entre essas práticas podemos citar a policultura, a rotação de cultivos, os cultivos consorciados, a adubação orgânica com esterco, dentre outras, que são práticas que fazem parte da cultura camponesa.

A ideia dessa metodologia é que, a partir da valorização dos conhecimentos camponeses, forme-se uma rede de relações entre as famílias que antes trabalhavam de forma individual para que realizem o diagnóstico de seus principais problemas e busquem soluções em conjunto por meio das trocas de experiências e da realização de oficinas, capacitação, visitas a outros agricultores etc.

A ideia é formar uma teia de agricultores assentados que compartilharão conhecimentos, investigações e ações baseadas em diálogos interligados com os princípios marcantes da metodologia CaC, coordenada e dirigida pelos camponeses agricultores. “Quando o agricultor vê ele acredita!” Esta é a proposição preliminar da metodologia social de difusão da agroecologia de CaC (Fernandes; Souza, 2019).

Em 2020, o MST inaugurou os Cadernos de Agroecologia com o primeiro volume intitulado *Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis*, elaborado pelo Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, que apresentou a meta de plantar 100 milhões de árvores em 10 anos, em conjunto com a produção de alimentos saudáveis.



Em meio a crescente preocupação com a questão climática, hídrica, alimentar e ambiental, o Movimento relacionou a Reforma Agrária Popular com a Agroecologia e as Agroflorestas como propostas de enfrentamento às grandes questões que a humanidade vem enfrentando.

A nossa primeira grande missão para avançar nessa construção da Reforma Agrária Popular é a produção de alimentos saudáveis. Seja em nossos acampamentos e principalmente em nossos assentamentos devemos avançar política e tecnicamente rumo à agroecologia. Nesse sentido, dentre os vários manejos agroecológicos, temos visto que aqueles que inserem árvores em seus sistemas produtivos vem avançando por todo o país, seja com agroflorestas, seja com quintais produtivos, policultivos e uma série de iniciativas de reflorestamentos produtivos (Zarref; Rodrigues, 2020, p.29).

As questões climáticas e ambientais, bem como o acesso aos alimentos saudáveis, envolvem toda a sociedade, tanto a população do campo como as que vivem na cidade, reafirmando-se o papel da Reforma Agrária Popular.

Esse projeto de campo que estamos construindo é diretamente conectado com as necessidades das massas trabalhadoras que estão nas cidades. É a partir dele que podemos garantir a soberania alimentar dos povos, o cuidado com os bens comuns, principalmente a água que chega no mundo urbano, e o enfrentamento às mudanças climáticas. E, fundamentalmente, abre novas possibilidades de luta pela terra articulada com as famílias trabalhadoras que não conseguem ou não desejam viver nas cidades (Ivoneide; Fornazieri; Loureiro, 2020).

Em 2022, com a vitória de Lula na eleição presidencial, o MST elaborou um documento denominado *As ações de emergências necessárias para as diferentes áreas da Reforma Agrária*, dentre elas destacamos *Um Plano de Fomento à Agroecologia*, que traz uma série de medidas para promoção de bioinsumos, sementes nativas, agroecologia, reflorestamento e desenvolvimento de energia solar. No que se refere ao *Crédito, Habitação e Assistência Técnica e Extensão Rural*, dentre as diversas propostas, ressaltamos as seguintes:

Estabelecer programas de apoio à agroindustrialização cooperativada e à comercialização dos produtos da reforma agrária, sendo direcionada para a demanda institucional dos governos e voltada à inserção no mercado convencional. [...] Estabelecer linhas de crédito para a estruturação das cadeias produtivas (verticalização da produção) controladas pelos agricultores assentados. Controlar a produção e promover a agregação de valor gerado pelos assentamentos (MST, 2022, p. 20).

No que se refere às políticas públicas, o Movimento propôs o retorno do PROCERA, a restituição do PAA nos moldes anteriores à 2013, o reestabelecimento do PAA sementes e formação de estoque, a ampliação gradativa da aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PNAE,



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

passando do limite de 30% para 100% da merenda escolar preparada com produtos da agricultura familiar, além de preço diferenciado para os produtos agroecológicos. Destacamos, ainda, as seguintes propostas:

Assegurar recursos para investimento em logística (transporte dos alimentos), adequação dos espaços de comercialização (balanças, câmaras frias, caixas, prateleiras, etc). Articular esses espaços de comercialização comunitária a equipamentos públicos de abastecimento, como as cozinhas comunitárias e restaurantes populares, bem como adquirir ou melhorar os equipamentos das cozinhas comunitárias a fundo perdido (MST, 2022, p. 21-22).

O MST propôs também a elaboração de um *Programa Nacional de Mecanização Agrícola para a Agricultura Familiar* com incentivos fiscais para a compra de máquinas e que, no futuro e de forma gradativa, os equipamentos agrícolas possam ser produzidos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental confirmou que a luta pela terra continua após a conquista do assentamento, mas se torna uma luta pela permanência no território por meio da organização econômica do movimento. Em resumo, a análise dos documentos históricos do MST, de 1989 a 2022, evidencia que:

- a) Desde o início das ações de conquista da terra, o Movimento já se preocupava com a viabilidade econômica dos assentamentos;
- b) A combinação da luta política e econômica é considerada fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos, entendendo-se que o econômico deve estar a serviço do político;
- c) O desenvolvimento econômico das famílias assentadas depende, em boa medida, de sua capacidade de organização coletiva e trabalho cooperado;
- d) É necessário criar uma concepção de mercado alternativo, de caráter popular e solidário, que atenda às necessidades da população, sobretudo, dos municípios onde estão localizados os assentamentos;
- e) É preciso criar um sistema de crédito próprio, com juros baixos, para investir nos assentamentos;
- f) O símbolo do MST deve estar nas embalagens dos produtos;
- g) É preciso ter cuidado para não cair no economicismo e no corporativismo;



- h) A partir dos anos 2000, a pauta da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis e da soberania alimentar se unem as pautas anteriores, visando o desenvolvimento econômico sustentável.

A conquista da terra não representa o fim da luta dos sem-terra, pelo contrário, novas lutas são necessárias para se manter no território, produzindo e vivendo do trabalho no campo. A produção e a comercialização dos produtos da reforma agrária são alguns dos novos desafios que as famílias enfrentam quando são assentadas.

Palavras-chave: MST; Produção, Cooperação, Mercados

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. N. R. et.al. Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação. **Caderno de Educação n° 2**. Coleção Sempre é tempo de aprender, MST: 2010.

BOGO, A. A vez dos valores. **Caderno de Formação n° 26**, 1998.

CARVALHO, H. M. de. As contradições internas no esforço de cooperação nos assentamentos de reforma agrária do MST (período de 1989 a 1999). In: CONCRAB. A evolução de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). **Caderno de Cooperação Agrícola n° 08**, 1999.

CHRISTOFFOLI, P. I. O papel das cooperativas de crédito na estratégia de luta e resistência dos agricultores frente ao desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. In: CONCRAB. **Constituição e Funcionamento de Cooperativas de Crédito: uma revisão desde os movimentos sociais do campo**. 2ª Ed. revista e ampliada. Brasília, 2007.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola n° 5**, 1997.

_____. Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos. **Caderno de Cooperação Agrícola n° 7**, 1998a.

_____. O sistema de crédito cooperativo. **Caderno de Cooperação Agrícola n° 8**, 1998b.

_____. A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999). **Caderno de Cooperação Agrícola n° 8**, São Paulo, 1999.

_____. O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lenin, Mao). **Caderno das Experiências Históricas da Cooperação n°2**, 2000.

_____. Experiências clássicas de cooperação agrícola (Kolkhoz, Sovkhoz, Kibutz, Comuna Chinesa, CPAs Cubanas). **Caderno das Experiências Históricas da Cooperação n°3**, 2001.



_____. O que levar em conta para a organização do assentamento “A discussão no acampamento”. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 10**, 2001.

_____. **Constituição e Funcionamento de Cooperativas de Crédito**: uma revisão desde os movimentos sociais do campo. 2ª Ed. revista e ampliada. Brasília, 2007.

CONCRAB; INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. **Cerrado**: contexto histórico-político e convivência sustentável com o bioma – Reforma Agrária, Agroecologia e Permacultura. Brasília, 2008.

FERNANDES, I. F.; SOUZA, C. S. Levantamento do inventário das práticas agroecológicas no assentamento Santana, no Ceará. In: MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO CEARÁ; COOPERATIVA CENTRAL DAS ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA DO CEARÁ. **Construindo a Agroecologia no Semiárido**: manual da metodologia camponês a camponês. Ceará, 2019.

IVONEIDE, A.; FORNAZIERI, M.; LOUREIRO, B. Cadernos de Agroecologia. In: SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MST. Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 1, 2020.

MACHADO, A. S.; JORGE, A. A.; FERNANDES, B. M. Inseguridad alimentaria y donaciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19 en Brasil. **Comida y comunidad**, Grupo Especial FAO/ CLACSO, nº 2, 2021. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/12/V1_Comida-y-comunidad_N2-1.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

_____. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 17, n. 47., p., 155-178, out. 2022.

MARTINS, A. Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho agrícola. **Caderno de Formação nº 40**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. São Paulo, 2016.

MST. Plano Nacional do MST 1989 a 1993. **Caderno de Formação nº 17**, 1989.

_____. **Declaração do 6º Encontro Nacional do MST**. Declaração de Piracicaba, 1991.

_____. A cooperação agrícola nos assentamentos. **Caderno de Formação nº 20**, 1993a.

_____. **Propostas para viabilizar a Reforma Agrária, discutidas e aprovadas nos Encontros Estaduais realizados em 18 estados e no VII Encontro Nacional do MST, realizado de 13 a 17 de dezembro de 1993, em Salvador – Bahia**. Salvador, 1993b.

_____. Programa de Reforma Agrária. **Caderno de Formação nº 23**, 1995.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

_____. Sistema Cooperativista dos Assentados. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 05**, 1997.

_____. **Construindo Caminhos**. São Paulo, 2001.

_____. **Programa Agrário do MST**. 4ª Ed. São Paulo: Secretaria Nacional, 2015.

_____. **As ações de emergências necessárias para as diferentes áreas da Reforma Agrária**.
Propostas para debater, novembro de 2022.

STRONZAKE, V. Cooperação Agrícola e Agroecologia: a experiência coletiva do Assentamento Santa Maria. In: CONCRAB; COOPERATIVA CENTRAL DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Sistematização de experiências agroecológicas do MST**. São Paulo, 2007.

ZARREF, L.; RODRIGUES, I. Agroflorestar o Brasil para contribuir na construção do socialismo! In: SETOR DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MST. Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis. **Cadernos de Agroecologia**, vol. 1, 2020.